



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO EM COOPERATIVAS**

GLADYSON PEREIRA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: AS AÇÕES
NOS MUNICÍPIOS DE ARAGUAÍNA E XAMBIOÁ**

**ARAGUAÍNA
2016**

GLADYSON PEREIRA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: AS AÇÕES
NOS MUNICÍPIOS DE ARAGUAÍNA E XAMBIOÁ**

Artigo apresentado no curso de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Tocantins - UFT, como requisito parcial de conclusão de curso.

Orientadora: Prof.^a Msc. Angelita de Oliveira Almeida

Aprovado em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Angelita de Oliveira Almeida (Orientador)

Prof^o. Cleiton Silva Ferreira Milagres

Prof.^a Clarete de Itoz

RESUMO

A partir da segunda metade da década de 1990 foram implementados no Brasil, no âmbito de governos municipais e estaduais, programas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária como estratégia de inclusão social através da geração de trabalho e renda. Assim, o presente trabalho tem por objetivo compreender as ações públicas de geração de trabalho e renda realizada pelo Estado na microrregião médio norte Araguaia, especificamente, nos municípios de Araguaína e Xambioá, estado do Tocantins. Para isso, utilizou-se a metodologia de pesquisa através de cadastros e dados oficiais das ações públicas realizadas nesses municípios, tendo por objetivo abarcar quais foram os projetos e programas desenvolvidos, o ano, público alvo e objetivos. Com essa averiguação percebeu-se a existência de determinadas ações da política de geração de trabalho e renda da economia solidária que, de certa forma, contribuíram para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Economia Solidária. Trabalho e Renda.

ABSTRACT

From the second half of the 1990s were implemented in Brazil in the context of municipal and state governments, programs and projects aimed at strengthening the solidarity economy as a strategy for social inclusion through the generation of jobs and income. Thus, this study aims to understand the public actions of job and income held by the state in the mid-north micro Araguaia, specifically in the municipalities of Araguaina and Xambioá, Tocantins state. For this, we used the research methodology through records and official information of public actions taken in these municipalities, aiming to encompass what were the projects and programs developed, the year, target audience and goals. With this investigation we realized the existence of certain actions of the working generation and income policy of solidarity economy that, in a way, contributed to the strengthening of solidarity economy enterprises.

Keywords : Public Policy . Solidarity economy. Work and Income .

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo apresentar as ações públicas de geração de trabalho e renda realizadas pelo Estado na microrregião médio norte Araguaia, especificamente nos municípios de Araguaína e Xambioá. Convém ressaltar que a elaboração deste estudo se justifica como pré-requisito do trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins.

A escolha do tema deve-se a participações com pesquisas sobre a área de políticas públicas de trabalho e renda com ênfase na Economia Solidária, principalmente após as participações nos estudos e discussões sobre este assunto no Grupo de Pesquisa em Organização Sociais, Educação e Trabalho, bem como dos conteúdos das disciplinas cursadas no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

Para identificar tal circunstância, se torna necessário um aporte teórico sobre as características políticas, econômicas e sociais desencadeadas no Brasil a partir da década de 1980, já que estes fenômenos se relacionam diretamente com a relação da perda do emprego no país. Isto em função do Brasil ter vivido uma longa fase de estagnação econômica, iniciada na década de 1980 e agravada pelas políticas neoliberais de abertura do mercado nacional aos produtos estrangeiros durante a década de 1990.

Para nortear teórica e cientificamente as discussões desse trabalho, fez-se o uso da pesquisa documental abordando as seguintes temáticas: redemocratização do estado brasileiro, globalização da economia, estado neoliberal, reestruturação produtiva, tecnologia, desemprego, políticas públicas, economia solidária, trabalho e renda. Para isso, utilizou-se autores que discutem e pesquisam sobre o assunto, tais como Mattoso (1990), Morin (2001), Singer (2002), Santos (2005), Almeida (2012) dentre outros.

Metodologicamente, esse trabalho apoiou-se na pesquisa bibliográfica, que é a revisão da literatura sobre os principais conceitos que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet, dentre outras fontes. Portanto, essa pesquisa procura, através da

bibliografia teórica utilizada, discutir, analisar e propor subsídios que apoiem cientificamente a problemática pesquisada (BOCCATO, 2006).

Para explicar a trajetória e a construção desta pesquisa, de acordo com o conceito utilizado e visando atender ao objetivo proposto, estrutura-se essa pesquisa através da seguinte forma: na primeira parte, uma breve discussão acerca do contexto político, econômico e social do Brasil a partir do final do século XX. Em seguida, um aporte teórico sobre políticas públicas de geração de trabalho e renda, tendo a Economia Solidária como suporte.

Também, são apresentadas as características socioeconômicas e políticas do estado do Tocantins e do médio norte Araguaia do estado do Tocantins (IBGE, 2010), com ênfase nos municípios de Araguaína e Xambioá, já que foi nestes dois municípios que se concentraram a pesquisa. Estes atributos têm por objetivo abarcar as principais atividades econômicas, a forma do emprego, as características da população, dentre outros fatores que se faz presente nos diversos setores da economia.

Ainda, foi feito um panorama sobre as ações das políticas públicas de geração de trabalho e renda com ênfase na Economia Solidária na região e nos municípios pesquisados. Para tanto, foram utilizados os dados do Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES) e do o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). Apresenta-se os empreendimentos mapeados, considerando as diferentes formas de organização, o número de trabalhadores envolvidos, os projetos realizados pelo Estado e os objetivos que estes tiveram para o público-atendido.

Para tanto, com o auxílio dos dados encontrados, expõe-se as ações desenvolvidas na região pesquisada com ano e situação de implantação, sem deixar de lado o objetivo proposto da ação e a política pública utilizada para que essa ação tenha sido executada. Esse subitem do trabalho procurou sistematizar as principais características das políticas públicas de economia solidária dos municípios pesquisados. E, por fim, as considerações finais, nas quais, de acordo com os resultados obtidos, foi feita uma abordagem teórica objetivando situar tais resultados dentro da realidade estrutural do sistema econômico brasileiro relatando as ações de geração de trabalho e renda com a Economia Solidária.

2. O Trabalho no Brasil a partir do final do século XX

Como um dos resultados do processo da redemocratização política do Brasil, foi promulgada, em 1988, pelo Presidente da República, José Sarney, a Constituição Federal da República, a qual trouxe mudanças com relação aos direitos da sociedade. Em seu Capítulo II, que trata Dos Direitos Sociais, no artigo 6º a Constituição Federal da República de 1988 assegura que

São direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistências aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, art. 6º).

Entende-se, então, que é um dever do governo proporcionar condições de acesso ao trabalho para a população que deste depende, até porque, trabalho é condição de dignidade para o ser humano no sentido de dar acesso às compras das próprias necessidades básicas de sobrevivência, de pertencimento social, como também de ser um instrumento de movimentação da economia e de utilidade à sociedade. Com relação a trabalho, compreende-se que:

O trabalho pode ser definido de várias maneiras. Segundo Brief e Nord (1990), o único elemento que reúne os múltiplos significados é: uma atividade que tem um objetivo. Geralmente, essa noção designa um gasto de energia mediante um conjunto de atividades coordenadas que visam produzir algo de útil (Fryer e Payne, 1984; Shepherdson, 1984). O trabalho pode ser agradável ou desagradável; ele pode ser associado ou não a trocas de natureza econômica. Ele pode ser executado ou não dentro de um emprego. De acordo com Fryer e Payne (1984), o trabalho seria uma atividade útil, determinada por um objetivo definido além do prazer gerado por sua execução (MORIN, 2001, p.12).

No entanto, o Brasil do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 não foi marcado somente por esta mudança governamental baseada do processo de redemocratização, como também por profundas transformações que ocorreram na direção da economia e da política, devido ao processo de globalização das economias, do surgimento da tecnologia e do Estado neoliberal, o que afetou as condições de trabalho na sociedade.

Concomitantemente ao processo de redemocratização do Estado brasileiro na década de 1980, o mundo capitalista, principalmente os países que controlam a economia mundial, como por exemplo, os Estados Unidos, Inglaterra, Japão, França, estavam incrementando a globalização de suas economias. Esta se desenvolveu mediante ao avanço da tecnologia, que favoreceu a movimentação tanto do capital financeiro quanto das próprias

empresas para qualquer parte do mundo e deu início a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica (ALMEIDA, 2012, p. 40).

Estas condições fizeram com que as economias mundiais fossem interligadas e movimentadas de qualquer parte do mundo em questões de segundos, levando em um só mercado. Essas transformações abriram um período de incertezas sobre os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988, com relação ao trabalho para a sociedade. Isso porque este modelo econômico globalizado vem se distinguindo sob uma nova forma de governar caracterizada pelo Estado neoliberal, o qual reforça a competitividade no mercado, a privatização de bens públicos, o enfraquecimento do Estado em gerar emprego/trabalho, a retirada diretamente da ação do Estado de intervir na economia, deixando esta ser movimentada de acordo com as necessidades do mercado (ALMEIDA, 2012).

O neoliberalismo representou um retrocesso nos direitos sociais, já que este projeto tem como proposta o enxugamento do Estado na execução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Estas, por sua vez, passam a ser orientadas e subordinadas aos interesses do grande capital que transfere a responsabilidade de executá-las para a sociedade civil e o terceiro setor (ALMEIDA, 2012). Esta política neoliberal, sob a qual o Estado deveria intervir apenas de modo a regular a atuação dos mercados, passou a se intensificar no Brasil a partir do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando continuidade com o governo de Luís Inácio Lula da Silva e se faz presente até os dias atuais.

Segundo Mattoso (1999), desse período resultou o processo de reestruturação produtiva que afetou diretamente a oferta de emprego industrial, gerando uma imensa massa de desempregados que não conseguia mais inserir-se no mercado de trabalho, já que também a tecnologia começou a ingressar no processo produtivo, caracterizando uma reestruturação nos meios de produção. Entende-se que o final do século XX introduziu uma nova dinâmica nos métodos de trabalho que se tornaram expressivos nesse contexto econômico que se expressava pelas indústrias brasileiras frente a competição internacional.

Com isso, enquanto uma quantia expressiva da população brasileira não consegue encontrar trabalho remunerado, devido à expulsão dos trabalhadores dos seus postos de trabalho por causa da tecnologia, uma boa parte dos que

conseguem, o fazem por meio de ocupações não formalizadas, como por exemplo, os ambulantes e os vendedores nos semáforos.

Dessa forma, a questão do trabalho voltou a estar no meio das discussões do desenvolvimento brasileiro, tendo o Estado como o responsável por pensar, reorganizar e propor medidas para combater o desemprego. A este respeito, França Filho (2006) nos mostra que aumentaram a pressão social sobre o governo federal para ações de combate ao desemprego, e, juntamente com o apoio do movimento social, iniciaram-se as discussões sobre a adoção de políticas públicas de geração de trabalho e renda.

A definição de políticas públicas, geralmente, está associada à ideia de uma ação ou conjunto de ações por meio das quais o Estado intervém na realidade. Para Saravia (2006), política pública é:

[...] uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela [a política pública] é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p.29).

Compreende-se, então, que as discussões realizadas juntamente com o movimento social e o Estado têm por objetivo adotar mecanismos que viabilizem condições para que a sociedade excluída do seu posto de trabalho volte a ter acesso e condições para desenvolver trabalho e lhes proporcionar renda.

3. A Economia Solidária como uma política pública de trabalho e renda

Convém iniciarmos esta discussão demonstrando que, no Brasil, as primeiras experiências de economia solidária surgiram no começo da década de 1980, se fortalecendo, sobretudo, a partir dos anos de 1990. A economia solidária tem por objetivo gerar trabalho e renda através do trabalho associado e autogestionário para a população que foi excluída do seu posto de trabalho e/ou para aqueles que ainda não conseguiram uma oportunidade de ingressar no mercado formal de trabalho. Assim, os trabalhadores encontram alternativa ao desemprego, que aumentou consideravelmente em função da crise econômica que assolou o país naquele período, marcado pelo processo de globalização da

economia, do surgimento das políticas neoliberais e do emprego da tecnologia no processo produtivo, conforme demonstrado no item anterior (SINGER, 2006).

Convém ressaltar que o trabalho associado e autogestionário por meio da economia solidária, não é uma prática nova, pois, desde as contradições geradas pela Primeira Revolução Industrial, este sistema econômico solidário começou a ser disseminado e praticado na sociedade, porque “a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites, as jornadas de trabalho eram tão longas até a exaustão, incluindo mulheres e crianças, baixos salários e praticamente sem direito algum” (SINGER, 2000, p. 24).

Singer (2000) e Santos (2002) destacam, ainda, que o início da economia solidária é contemporâneo ao capitalismo industrial, ocorrido pela influência dos socialistas utópicos, entre eles, Owen, Fourier, Buchez e Proudhon, justamente pela onda de desemprego que a industrialização causou na época e pelas péssimas condições de trabalho. Os Socialistas utópicos ajudavam organizar as empresas da época com princípios opostos aos do capitalismo.

O termo Economia solidária é utilizado para sinalizar um novo modo de produção e distribuição.

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. [...] A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. (SINGER, 2000, p.13).

Nesse sentido, a definição de economia solidária reforça a ideia da solidariedade, frente ao individualismo e à disputa do mercado, que visa apenas à lucratividade e caracteriza o comportamento econômico dominante nas sociedades capitalistas. Deste modo, passa a ser vista como uma proposta viável para a geração de trabalho e renda, fomentando um debate em torno da possibilidade de enfrentamento aos males causados pela economia capitalista.

Com relação aos movimentos sociais, convém destacar que foi no I Fórum Social Mundial (FMS), realizado em 2001, em Porto Alegre, que foi constituído o grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro) composto por redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário oriundas da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais e das entidades representativas de iniciativas produtivas e de apoio e assistência

destas (FBES, 2011). A realização do Fórum no Brasil deu visibilidade à Economia Solidária e chamou a atenção da sociedade civil e das universidades para o fenômeno no país, o que contribuiu para o seu impulso.

Após a vitória de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência do Brasil, o GT Brasileiro entregou para o presidente eleito uma Carta aprovada na I Plenária Brasileira da Economia Solidária, intitulada *Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*. Ela trouxe as bases para a que a economia solidária começasse a tomar rumos para ser direcionada como uma política pública.

Ao tanto que, em junho de 2003, durante a III Plenária Brasileira da Economia Solidária, foi criado oficialmente o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2003) que tem como missão

Ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas, no Estado brasileiro, para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e a participação social desse segmento nas decisões sobre as políticas públicas (FBES, 2003).

Ainda em âmbito nacional, e objetivando continuar dando visibilidade para a Economia Solidária, o Governo Federal criou, em junho 2003, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), e instituiu, pelo mesmo ato legal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O CNES foi idealizado como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Sua atribuição principal é propor diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos órgãos do Governo Federal e o acompanhamento da execução destas ações (MTE/SENAES, s/d.). Já a SENAES tem como finalidade fortalecer, divulgar e fomentar a constituição de empreendimentos econômicos solidários no país, visando o seu desenvolvimento socioeconômico por meio da geração de trabalho e renda e inclusão social (TEM/SENAES, 2004).

A partir de 2004, a SENAES começou a financiar a construção de Centros de Referência de Economia Solidária em diversos municípios do país e apoiou a “organização de feiras da economia solidária; a organização de fóruns estaduais para discutir questões relacionadas a este tipo de economia; apoio para o

mapeamento da economia solidária nos estados e suas regiões; e a criação de cooperativas” (SINGER, 2004, p. 04).

Com a criação do CNES e da SENAES, o Estado brasileiro reconheceu um processo social que estava em curso no país desde 1980, ampliado pela onda de desemprego após a abertura comercial em 1990. As primeiras políticas públicas brasileiras de economia solidária, surgiram na virada do século XX para o XXI, em Porto Alegre – RS, em 1994, durante o governo de Olívio Dutra, que também foi pioneiro na implantação de política estadual no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1999 (BITELMAN, 2008).

Para França Filho e Laville (2006), a economia solidária também vem se consolidando como estratégia de política pública de geração de trabalho e renda. A este respeito, Singer (2002) destaca que o apoio do Estado é um fator fundamental para o fomento aos empreendimentos e redes da economia solidária, pois estes, geralmente, não dispõem de recursos próprios para financiar os investimentos necessários, ao contrário das empresas que têm estes recursos para sua consolidação, e, muitas vezes, ainda recebem subsídios públicos.

Gaiger (2009) também pondera a importância do Estado em ampliar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária, como instrumento de gerar trabalho, distribuir renda e de inclusão social. Estes são desafios que precisam ser enfrentados na atualidade.

Entende-se que as políticas públicas propõem a ampliação e efetividade dos direitos da cidadania e promovem o desenvolvimento com a criação de alternativas para a geração de trabalho e renda. Os empreendimentos econômicos solidários (EES) são uma forma de gerar renda, baseados no princípio da autogestão e solidariedade. Com base no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), os EES são:

[...] a) coletivas organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.; b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural, que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e; e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda

e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (BRASIL, 2006, p. 13).

Entre os empreendimentos econômicos solidários, há iniciativas como as associações e cooperativas de trabalhadores rurais e urbanos, produtores de bens e serviços, centrais de comercialização, empresas autogestionárias, cooperativas de crédito, clubes de trocas e as organizações que atuam no campo do chamado comércio justo.

4. Características socioeconômicas e políticas do estado do Tocantins

Em 5 de outubro de 1988, através do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, nascia o estado do Tocantins, antes parte do Estado de Goiás (MELZ e SILVA, 2013). O Tocantins está situado no sudoeste da região norte do país, limitando-se, ao norte, com o estado do Maranhão; a leste com os estados de Piauí, Bahia e também o Maranhão; ao sul com o estado de Goiás; e a oeste com os estados de Mato Grosso e Pará.

Atualmente, o Tocantins possui 139 municípios, situados em oito microrregiões geográficas, abrangendo uma área de 277.621,858 quilômetros quadrados (IBGE, 2010).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2015), a população tocantinense totaliza 1.515.126 habitantes, sendo o quarto estado mais populoso da região norte.

As principais atividades econômicas do estado de Tocantins estão centrada no comércio, no setor de serviços, na pecuária bovina e na produção agrícola, com destaque para o cultivo de arroz, mandioca, cana-de-açúcar, milho e soja (CERQUEIRA e FRANCISCO, 2011).

Na economia, as atividades que se destacam são, segundo Amaral e Nascimento (2010),

o comércio e os serviços, a pecuária e a agricultura de subsistência. O Produto Interno Bruto – PIB (R\$ 11.094 milhões em 2007) corresponde a 0,42% da riqueza gerada em todo o país nesse período. O PIB per capita do Tocantins está entre os três menores da região norte (R\$ 8.920,73 em 2007) (p.02).

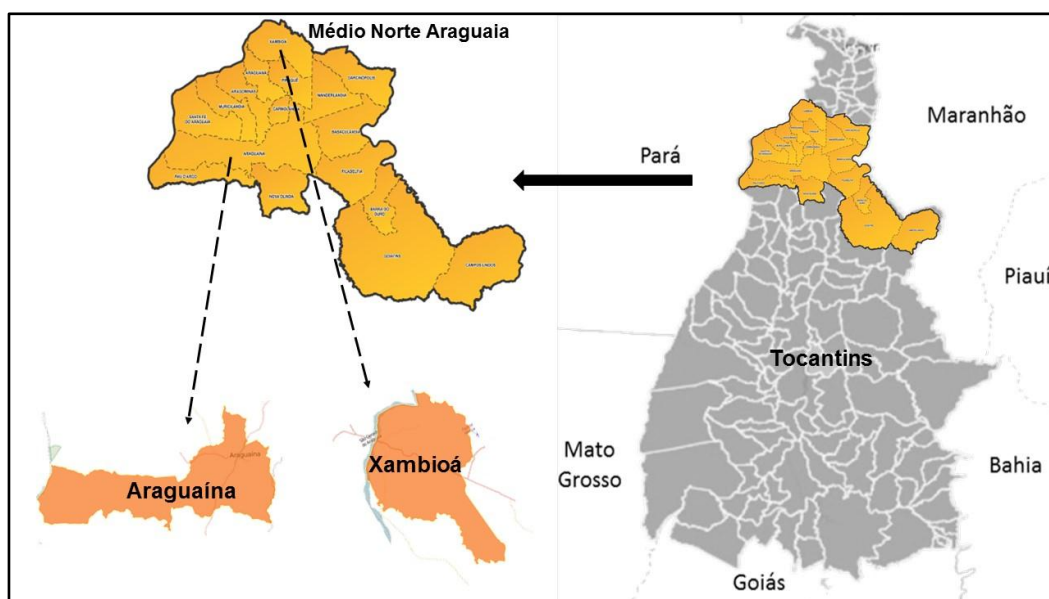
Apesar do Tocantins apresentar uma diversidade com relação às atividades econômicas, o estado tem um dos piores indicadores socioeconômicos do país.

Esse problema persiste de forma secular. O universo da pobreza no estado vem desde a sua estrutura socioeconômica baseada na exploração da mineração no século XVIII (PNUD, IBGE 2008). No Tocantins, esse percentual chega a 11,8% da sua população vivendo em extrema pobreza, são cerca de 163 mil de um total de 1.383,4 mil habitantes (PNUD, IBGE 2008). No entanto, se comparado com o ano de 2000, a taxa de pobreza do Tocantins reduziu de 50,61% para 26,09%, em 2010.

Dessa forma, é proeminente um estudo com relação à pobreza no estado, no sentido de constatar se está havendo, por parte do governo estadual e/ou federal, implementação de políticas públicas de economia solidária para melhoria de vida da população através de ações de geração de trabalho e renda.

Para tanto, devido à dimensão do estado do Tocantins ser bastante extensa, nesse trabalho, abordaremos especificamente os municípios de Araguaína e Xambioá, que se encontram ao norte do estado Tocantins e pertencem a microrregião do Médio Norte Araguaia, conforme demonstrado no mapa abaixo:

Figura 1: Microrregião Médio Norte Araguaia



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base no IBGE, 2010

Esta microrregião apresenta uma população estimada em 2015 pelo IBGE em 289.511 habitantes, o que representa 19,11% da população do Tocantins (IBGE 2015). É marcada pela presença do Rio Araguaia em alguns municípios, mas também de grande riqueza de valor cultural e econômico. A economia predominante da região se concentra no dinamismo do comércio e do

setor de serviços (principalmente por pequenas e médias empresas), atrelada às riquezas do Rio Araguaia e à implantação de universidades públicas e privadas e centros técnicos profissionalizantes. Além disso, é cercada de grandes, médias e pequenas fazendas, que impulsionam o desenvolvimento econômico através da agricultura e da pecuária. Porém, a participação da agropecuária na economia do Estado ainda é considerada pequena (FECOMERCIO, 2014).

Com relação ao município de Araguaína, convém destacar que a população estimada para o ano de 2015 é de 170.183 habitantes, ou seja, o segundo maior contingente populacional do estado do Tocantins, com taxa de crescimento de 1,79% em relação ao ano de 2014 (IBGE, 2015). Está localizada a 380 Km da capital do estado, Palmas, e apresenta uma área de 4.000 Km² (IBGE, 2010). Araguaína desponta como referência econômica no estado e está na lista das cidades de interior que mais crescem no Brasil. O dinamismo do comércio e do setor de serviços e a implantação de universidades e centros técnicos fazem dela um polo no Tocantins (IBGE, 2010).

O município de Xambioá está localizado no extremo norte do estado. A cidade teve início com a descoberta de uma jazida de cristal de rocha quartzo na Chapada do Chiqueirão, em junho de 1952. Em 2015, o município completou 57 anos de emancipação sócio-político administrativo, e a sua população estimada para o ano 2015 é de 11.709 habitantes (IBGE, 2015). Apresenta uma área aproximadamente de 1.186,428 km² e está localizado a 515 km de distância da capital Palmas (IBGE, 2010). Tem sua economia atrelada às riquezas do Rio Araguaia, à agropecuária, à mineração e ao turismo, com o PIB equivalente a R\$ 94.877.000,00 - 2008 (IBGE, 2010).

5. As ações públicas de geração de trabalho e renda em Araguaína e Xambioá

Neste subitem serão apresentados os projetos e ações de geração de trabalho e renda desenvolvidos pelo governo do estado do Tocantins nos municípios de Araguaína e Xambioá, no período de 2011 a 2015, bem como a qual ou quais programas ou projetos do governo pertencem e qual ou quais os objetivos que a ação teve. E, ainda, será feita uma discussão acerca destas ações públicas de

economia solidária e dos empreendimentos econômicos solidários presentes nessa região.

Este recorte temporal dos últimos quatro anos foi utilizado em função de retratar o impacto do contexto político, econômico e social do final do século XX neste início do século XXI, como também por ser o período em que a Economia Solidária está sendo mais discutida e enfatizada pela sociedade.

Convém ressaltar que as informações que seguem, são fruto do que foi encontrado na pesquisa documental realizada nos documentos institucionais do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), da Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Estado do Tocantins (SETA) e dos relatórios do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômico Solidário (CADSOL). A seguir, apresenta-se o resultado desta pesquisa.

Quadro 1: Ações realizadas no município de Araguaína (2011 a 2015)

Município de Araguaína			
Ações desenvolvidas	Ano de implementação	Programa ou Projeto	Objetivo (s)
Curso de Inclusão Produtiva	2011	Programa de Incentivo e Fomento a Economia Solidária no estado do Tocantins	- Formar e capacitar tecnicamente os trabalhadores dos empreendimentos sociais nos diversos municípios tocantinenses.
Clube de Troca Solidária	2011	Programa de incentivo e fomento a Economia Solidária no estado do Tocantins	- Incentivar as famílias atendidas pelo sistema de assistência social a produzirem com o objetivo de gerar mais renda e trabalho, aumentando assim a sua capacidade financeira e diminuindo a sua dependência.
I Encontro Regional de Araguaína da Agricultura Familiar sobre Economia Solidária	2012	Programa de incentivo e fomento a Economia Solidária no estado do Tocantins	- Repassar informações sobre os programas governamentais tais como: PNAE, PAA, Compra Direta e Pronaf, que tem como público-alvo os agricultores familiares; - Realizar o fórum norte de Economia Solidária, juntamente com Instituto Zerbini e Cafessol.
		Programa Tocantins Sem Miséria, é realizado em	- Superar a extrema pobreza reduzindo as desigualdades sociais;

Tocantins Sem Miséria da Prefeitura Municipal de Araguaína	2012	parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Assistência Social (SETAS). Articula-se com as demais secretarias estaduais, municipais, instituições sociais e financeiras, além da sociedade civil e demais empresas por meio de políticas, programas e ações integradas.	- Garantir e elevar a renda per capita; - Dar acesso aos serviços públicos de assistência social, segurança alimentar e nutricional, habitação e saneamento, educação e saúde; - Oportunizar a inclusão produtiva rural e urbana visando a geração de emprego e renda por meio da economia solidária.
2ª Conferência de Economia Solidária Intermunicipal de Araguaína	2014	Projeto desenvolvido com as Entidades de Fomento e Apoio à Economia Solidária; Organizações da Sociedade Civil; Movimentos Populares e Empreendimentos Econômicos Solidários.	- Ressaltar, através da Conferência, a participação ativa da sociedade civil nos debates e questões relevantes a respeito da sociedade; - Oferecer subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas.
Construção da fábrica de óleo de babaçu pela Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária (Coomesol) ¹	2014	Projeto técnico da fábrica, feito pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), de Campinas.	- Utilizar o óleo de babaçu na produção de aproveitamento energético; - Utilizar o pó do babaçu para a venda da indústria de cosmético. - Não ter desperdícios ou resíduos tóxicos com esta prática.
Conquista de um estande no mercado municipal pela Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária (Coomesol)	2015	Programa de incentivo e fomento a Economia Solidária e a geração de trabalho e renda do estado do Tocantins.	- Ter um espaço da Cooperativa para comercialização dos produtos da Coomesol (Bolsas, pulseiras, brincos, utensílios para casa) ² .

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do CADSOL, SIES, SETAS (2015).

que aderiu o 1º representante às ações

es realizadas no município de Araguaína no período de 2011 a 2015. As ações do Programa de Incentivo e Fomento a Economia Solidária: Curso de Inclusão Produtiva; Clube de Troca Solidária; I Encontro Regional de Araguaína da Agricultura Familiar sobre Economia Solidária; Conquista de um estande no

¹ Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária de Xambioá, Araguaína e Piraquê, no estado do Tocantins.

² Estes produtos são produzidos com matéria prima da região, principalmente o coco babaçu. A ideia é que no futuro o óleo e outros produtos feitos a partir do babaçu na nova fábrica também sejam comercializados neste espaço.

mercado municipal pela Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária (Coomesol), tiveram por objetivo formar e capacitar os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários nos seguintes eixos temáticos: qualificação e capacitação profissional; geração de trabalho, emprego e renda; valorização do ser humano e do trabalho e inclusão socioproductiva e autogestão.

Já as demais ações: Tocantins Sem Miséria da Prefeitura Municipal de Araguaína; 2ª Conferência de Economia Solidária Intermunicipal de Araguaína; Construção da fábrica de óleo babaçu pela Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária (Coomesol), foram executadas e realizadas em parceria com o Projeto Redes (Redes para o Desenvolvimento Sustentável). Suas atuações focaram nas comunidades, associações e cooperativas.

O quadro 2, abaixo, representa as ações desenvolvidas no município de Xambioá no período de 2013 a 2015. Convém ressaltar que não foram encontrados dados referentes a projetos, programas e ações referente a geração de trabalho e renda nos anos de 2011 e 2012.

Quadro 2: Ações realizadas no município de Xambioá (2013 a 2015)

Município de Xambioá			
Ações desenvolvidas	Ano de implementação	Programa ou Projeto	Objetivo (s)
Feira da Troca Solidária	2013	Programa de incentivo a economia solidária no Estado do Tocantins.	- Realizar um Clube da Troca Solidária tem o objetivo incentivar a produção para o autoconsumo e a troca dos excedentes entre os envolvidos.
Inclusão Socioproductiva de Mulheres na Economia Solidária	2015	Programa de incentivo a economia solidária no Estado do Tocantins. Linha de ação: Comércio e Serviços	- Capacitar os envolvidos na economia solidária em: estudo de mercado e tendências, acompanhamento técnico gerencial e planejamento para produção e comercialização dos produtos artesanais do grupo.
Renascer	2015	Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar	- Incrementar os processos de piscicultura já desenvolvidos na região; - Implantar tanques-rede e uma central de beneficiamento do pescado; - Realizar oficinas de curtimento da pele do peixe,

			com foco na geração de renda complementar	Fon te: Elab orad o pelo auto r a parti r
XambiArt – Oficina de Biojoias ³	2015	Projeto: Economia Criativa.	- Atuar com qualificação técnica da associação, implantação de estrutura operacional, definição de processos de gestão, fabricação e comercialização de produtos	

dos dados do CADSOL, SIES, SETAS (2015).

As ações do Programa de Incentivo e Fomento a Economia Solidária e do Projeto Economia Criativa: Feira da Troca Solidária; Inclusão Socioprodutiva de Mulheres na Economia Solidária; XambiArt – Oficina de Biojoias, também tiveram por objetivo formar e capacitar os empreendimentos econômicos solidários, é uma parceria entre o Instituto Votorantim e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com apoio das empresas do Grupo Votorantim, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento sustentável de municípios brasileiros. E o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar voltado para a implementação de tanques redes e o trabalho com a piscicultura, também objetivaram a formação e capacitação.

Com base nos programas, projetos e ações desenvolvidas nos municípios de Araguaína e Xambioá, entende-se que estes estão mais direcionados a fomentar a Economia Solidária na região através de cursos e minicursos de qualificação mais técnica para a produção e busca de espaço no comércio local e/ou regional.

É evidente que os grupos, associações e cooperativas necessitam desta formação técnica para o desenvolvimento de suas atividades, como um mecanismo de aquisição de produtos de qualidade para oferecer ao mercado. Porém, torna-se necessária, também, uma formação, até mesmo continuada, sobre o processo de trabalho na Economia Solidária, tais como: trabalho coletivo, autogestão, participação ativa, cultura, relacionamento interpessoal, etc. Isto em função de muitos dos envolvidos diretamente com o processo de trabalho baseado na Economia Solidária serem pessoas que já atuaram no mercado de trabalho capitalista, onde foram acostumados a receber ordens, ser individualistas, só executar o trabalho que os mandam fazer, enfim, ser explorados pela cultura do trabalho capitalista.

³ O grupo produtivo é formado por mulheres, moradoras da região de Alto Bonito, em Xambioá.

Mesmo que o foco desta pesquisa seja apresentar as ações públicas de geração de trabalho e renda presentes nos municípios de Araguaína e Xambioá, convém ressaltar que, de acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL (2013), a região do médio norte Araguaia⁴ apresenta 35 Empreendimentos Econômicos Solidários, distribuídos nos municípios que formam esta microrregião. Todo o estado do Tocantins possui 404 EES, o que representa 12,9% da região norte do Brasil; e os municípios de Araguaína e Xambioá, apresentam, respectivamente, 10 e 03 empreendimentos econômicos solidários (CADSOL, 2013).

Nos EES do Norte Araguaia, estão associadas 2.982 pessoas compondo uma média de, aproximadamente, 1.742 associados homens e 1.240 mulheres (SIES, 2013). Quanto às principais atividades econômicas desenvolvidas, os EES na região dedicam-se à produção ou produção e comercialização, seguidos dos EES que se dedicam a organizar a prestação de serviços ou trabalho a terceiros (SIES, 2013).

Quanto à distribuição dos empreendimentos por tipo de organização, constata-se que, na região médio norte Araguaia, a maioria está formalizada sob a forma de associação e cooperativa. Os demais EES encontram-se na informalidade. Dessa forma, essas organizações estão sempre acompanhadas por parceiros como Governo, Prefeituras Municipais, Secretarias, Bancos de desenvolvimento e financiadores (SIES, 2013).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar alguns elementos importantes para a contextualização política, econômica e social do Brasil, com relação às políticas públicas de geração de trabalho e renda da economia solidária, especificamente nos municípios de Araguaína e Xambioá. No desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se a existência de várias ações da política de geração de trabalho e renda da economia solidária que contribuíram para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Contudo, para que essas ações consigam ter uma maior

⁴ O município de Araguaína e Xambioá pertencem a região do médio norte Araguaia.

abrangência, é de fundamental importância que os empreendimentos conheçam essas políticas públicas para que possam acessá-las, ou seja, que o poder público divulgue diretamente essas políticas junto ao público envolvido, já que muitos empreendimentos ou grupos não têm acesso aos meios de comunicação para conhecer e poder participar.

Entende-se que as políticas públicas de trabalho e renda, tanto em nível federal, quanto estadual, são fundamentais para a sustentabilidade dos empreendimentos, pois as mesmas oferecem apoio em relação ao crédito, à gestão, à comercialização, ao trabalho conjunto, entre outros. No entanto, há uma necessidade muito grande e relevante de ampliação das políticas públicas de geração de trabalho e renda, tanto para os municípios de Araguaína e Xambioá, quanto para os demais municípios do estado do Tocantins.

Isto, em função das ações desenvolvidas pelo poder público, juntamente com a comunidade, grupos e EES com ênfase na Economia Solidária representarem, inicialmente, uma alternativa para o desenvolvimento local e regional. Mas é importante ressaltar que essas ações não são apenas de cunho técnico e assistencial, no sentido de transformarem-se em ações assistencialistas e de sequências de cursos, criando um ambiente de dependência entre as iniciativas populares solidárias e o poder público.

Assim, é necessário que continue havendo investimentos e ainda mais recursos financeiros, através de fundos públicos, para a economia solidária, para práticas que promovam uma formação, conscientização e emancipação para a vida, para o trabalho coletivo, para um desenvolvimento pessoal e de grupo, com princípios cooperativistas e associativistas, empregando a autogestão, participação ativa e respeitando sempre o lado social e cultural de todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA. Angelita de Oliveira. **Os ensinamentos do capitalismo: O que o Jovem Aprendiz aprende sob os auspícios do Estado para se tornar um trabalhador.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande, MS, p.40, 2012.

AMARAL, Luciano Monteiro do; NASCIMENTO, Milton Antonio do. **Produto Interno Bruto Estadual e Municipal**. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. 6. ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2010.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa documental na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. In: **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: DOU, 2006

CADSOL, **Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários**.

Disponível em:

<<http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/view/empreendimento/main.seam?cid=118>>

Acesso em: 24 set. 2015.

CERQUEIRA, Wagner de; FRANCISCO. Disponível em:

<<http://www.brasilecola.com/brasil/a-economia-tocantins.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

FECOMÉRCIO. **Fortalecendo o comercio de bens, serviços e turismo, Palmas**.

Disponível em:

<<http://www.fecomercio.com.br/index.php?option=assessoriaimprensa&sub=jornal>> Acesso em 10 out. 2015.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006

FRANÇA FILHO, G. C. 2006. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação**. Porto Alegre: UFRGS.

FBES. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Disponível em:

<<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 09 jul. de 2015.

GAIGER, Luiz I. G. A Associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. In: **Caderno CRH**. Salvador, v. 22, n. 57, Set./Dez. 2009, pp. 563-580.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, censos demográficos: 80, 91, 2000, 2007, 2010, 2011, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge/cidades.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1999.

MELZ, Talita; SILVA, Edna de Mello. **A “Mitização” da construção do Tocantins**. 9º encontro nacional de história e mídia – UFOP. Minas Gerais, 2013.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. In: **Rev. adm. empres**, São Paulo, v. 41, n. 03, p 08-19, 2001. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

MTE/SENAES (a). **A Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MTE, **Sistema Nacional De Informações em Economia Solidaria, Brasília – Distrito Federal**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/portaria-de-instituicao-dosies.htm>> Acesso em: 24 set. 2015.

PNUD, **Programa das Nações unidas para o desenvolvimento, Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>> Acesso em: 12 out. 2015.

SARAVIA, E. Introdução à conceito da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E.(orgs.) **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SETA, **Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Estado do Tocantins, Tocantins**: SETA, Dados sobre ações, projetos e atividades, com relação a metas e resultados alcançados. Disponível em: <http://www.gestao.cge.to.gov.br/ppa2013/consulta_acao/consulta_acao.php?orgao=41010> Acesso em: 14 set. 2015.

SIES, Sistema Nacional De Informações em Economia Solidaria, Brasília – Distrito Federal: **Dados gerais do Segundo Mapeamento Nacional**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf>> Acesso em: 10 set. 2015.

SIES. **Atlas da economia solidária**. Brasília, DF, 2005

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____; SOUZA, André R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 92- 93.

SINGER, Paul; SOUZA, André. R. de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 11-28.

_____, A Economia Solidária No Governo Federal. In: **Mercado de Trabalho**. Brasília, IPEA, ago-2004, pp. 3-5.